

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 15/2018

Foi apresentada no dia 26 de novembro de 2018, pela empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ Nº 02.816.696/0001-54, Impugnação ao Edital de Concorrência Pública nº 15/2018, lançado pela municipalidade, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamentos.

Cabe frisar que no dia 26/11/2018 foi o último dia permitido para a empresa, na condição de licitante, apresentar IMPUGNAÇÃO, conforme previsto no Art 41 da lei 8.666/93.

A impugnante alega que o edital em epígrafe se apresenta dissonante das normas legais que regem os procedimentos licitatórios, em especial aquelas que se referem à contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos, uma vez que consta no item 3.1.8 a seguinte exigência:

3.1.8. Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição para medicamentos emitido pela ANVISA, dentro do seu período de validade (deve estar válido no dia da abertura da licitação). Não serão aceitos protocolos para emissão ou renovação do mesmo. O presente certificado deve ser apresentado por distribuidoras e representantes, sendo dispensado caso a licitante seja a fabricante do produto. Não será aceito a apresentação no Manual de Boas Práticas em substituição ao certificado;

Cita ainda que as Resoluções RDC/ANVISA nº 354/2002 e nº 66/2007, as quais fundamentam o referido requisito, foram revogadas pela RDC/ANVISA nº 39/2013, portanto não há amparo legal na exigência do Certificado de Boas Práticas.

Porém, em parecer fornecido pela responsável técnica da farmácia Municipal de Candelária, é ressaltado a importância da exigência do Certificado de Boas Práticas de



Distribuição e Armazenamento em se tratando de licitação para compra de medicamentos, podendo causar danos à saúde do paciente.

A jurisprudência do E. TJ/RS confere a necessidade de comprovar a qualificação técnica do futuro contratado, visando principalmente dar continuidade aos serviços contratados:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DA ANVISA. VIGILÂNCIA SANITÁRIA. 1. A exigência de apresentação do Certificado de Boas Práticas da ANVISA pelos licitantes encontra respaldo na legalidade (Leis nº 8.666/93 e 10.520/02), constituindo-se também em elemento configurador da precaução no trato com as questões que envolvem a saúde dos pacientes. 2. Pode configurar dano irreparável à saúde pública a aquisição de insumos médicos não seguros, e causar dano ao Erário a aquisição dos mesmos em regime de urgência, em face da suspensão da licitação. (TRF 4 – AG 200904000002474, Rel. MARGA INGE BARTH TESSLER – D.E. 25.5.2009)

E, tal exigência esta amparada no art. 15, § 7º, inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material. (Grifo nosso).

A mais, não é a primeira vez que o Município de Candelária exige tal requisito, referido certificado foi solicitado na Concorrência Pública nº 13/2017, também de aquisição de medicamentos, onde 19 (dezenove) empresas foram habilitadas, o que significa dizer que referida exigência em nada frustrou o caráter competitivo, trazendo apenas mais segurança para a execução do objeto licitado.

Isso posto, opina-se pela **improcedência** da Impugnação interposta pela PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, devendo-se manter as condições para habilitação exigidas no edital.

Ao Sr. Prefeito para deliberação.



Candelária, 29 de novembro de 2018.

CLEBER VARGAS MACHADO
Presidente da Comissão Especial

